

**Fundação de Apoio ao Ensino,
Pesquisa e Extensão – FAEPE**

**Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis
em 31/12/2018**

Junho/2019

Juiz de Fora, 06 de junho de 2019.

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros da
**Fundação de Apoio ao Ensino,
Pesquisa e Extensão – FAEPE**
Lavras – MG

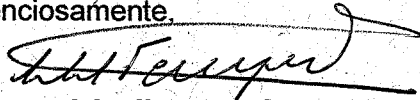
Prezados Senhores,

Estamos encaminhando a V. Sas., as demonstrações contábeis desta entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as que nos foram fornecidas para exame, bem como o nosso Relatório referente ao exame dessas demonstrações contábeis.

Ressaltamos que as demonstrações contábeis e notas explicativas foram elaboradas pela entidade tão somente.

Ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



Temponi Auditores e Consultores
Pedro Augusto Nemer Temponi
Sócio e Diretor

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros da
**Fundação de Apoio ao Ensino
Pesquisa e Extensão – FAEPE**
Lavras – MG

Relatórios dos Auditores Independentes

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com Ressalva”, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FAEPE**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A entidade, ao final do mês de julho recebeu o relatório do Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor – CAOTS, órgão de controladoria do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, quanto a análise de dados de natureza contábil, informados pela fundação por meio do SICAP - Sistema de Cadastro de Prestação de Contas, relativo aos exercícios de 2006 a 2014. O referido relatório concluiu pela rejeição das contas, por conterem inconsistências técnicas. Já em relação ao exercício de 2015, o órgão do Ministério Público emitiu parecer pela aprovação, com ressalvas. Em março de 2019, o mesmo órgão do Ministério Público, com base nas informações do SICAP, solicitou informações à fundação sobre transações ocorridas nos exercícios de 2011 e 2012, e ainda, em maio de 2019 sugeriu correções de lançamentos sobre os exercícios de 2016 e 2017. Os apontamentos levantados pelo órgão técnico – CAOTS, de natureza formal, tanto nas rejeições de contas, quanto na aprovação com ressalvas, compreendem ganhos e perdas em alienações e registros dessas alienações, adições ao imobilizado, despesas com depreciações e depreciações acumuladas em desacordo, mutações na conta Patrimônio Líquido, repasses de recursos livres entre projetos e reconhecimento de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa, inconsistências entre prestações de contas e balancetes contábeis, transferências financeiras entre fundações e repasses diversos que poderão ou não provocar alterações na esfera patrimonial. Advertimos que, em nossos exames não foi possível mensurar as consequências em relação a inobservância das normas contábeis aplicáveis a espécie. Contudo, constatamos que a fundação já protocolizou e formalizou intenção de firmar Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, junto ao órgão do Ministério Público de Minas Gerais responsável pelo velamento das fundações de direito privado, visando sanar referidos problemas.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que utilizadas para fins de comparação, foram examinadas por nós com emissão de relatório em 12 de julho de 2018, não possuía ressalvas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 05 do Conselho Federal de Contabilidade.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada



por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

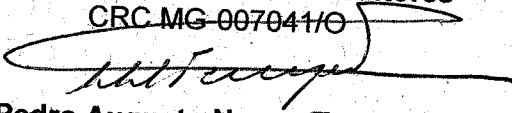
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Juiz de Fora, 06 de junho de 2019.

Temponi Auditores e Consultores
CRC MG 007041/O



Pedro Augusto Nemer Temponi
Contador – CRC MG 64723/O

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Em R\$ 1)

ATIVO	Nota explicativa	2018	2017
CIRCULANTE		598.093	669.395
Caixas		199	2.757
Bancos – recursos livres	nota 3	6.450	1.942
Bancos recursos com restrições		629	6.079
Aplicações financeiras - recursos livres		283.655	369.560
Aplicações financeiras – rec c/ restrições		127.816	194.596
Contas a receber	nota 4	144.543	93.669
Adiantamentos		2.855	192
Outros Créditos		31.946	600
NÃO CIRCULANTE		2.496.775	2.691.103
Depósitos em juízo	nota 5	1.637.250	1.646.410
Investimentos		42.174	25.078
Imobilizado	nota 6	775.413	858.313
Imobilizado de terceiros		41.938	161.302
TOTAL DO ATIVO		3.094.868	3.360.498
CIRCULANTE		399.937	391.145
Fornecedores		45.710	41.790
Obrigações trabalhistas		62.045	50.754
Impostos e contribuições		19.194	15.682
Convênios e contratos	nota 7	128.445	189.250
Receitas a apropriar		144.543	93.669
NÃO CIRCULANTE		1.684.678	1.112.254
Financiamentos		5.490	5.490
Provisões judiciais	nota 5	1.637.250	945.462
Imobilizações de terceiros		41.938	161.302
PATRIMÔNIO SOCIAL		1.010.253	1.857.099
Patrimônio social		1.010.253	1.857.099
TOTAL DO PASSIVO		3.094.868	3.360.498

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE
Demonstração do (Déficit) dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em R\$ 1)

	2018	2017
Receitas Faepe	1.563.880	2.089.291
Receitas financeiras Faepe	19.000	25.146
Receitas de projetos	46.601	776.259
Recursos aplicados em projetos	(44.552)	(774.417)
Despesas financeiras projetos	(2.059)	(1.842)
Despesas Administrativas Faepe	(2.404.737)	(1.578.678)
Despesas financeiras Faepe	(12.536)	(9.233)
Receita de venda de ativo	18.681	
Despesas não operacionais Faepe	(625)	(312)
Superávit (Déficit) do exercício	(816.347)	526.214

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE
Demonstração das Mutações do Patrimônio Social nos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em R\$ 1)

Mutações	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	Fundo Patrimonial	Superávit's (Déficit's) Acumulados	Totais
Saldo em 31/12/2016		15.000	1.315.885	1.330.885
Superávit			526.214	526.214
Saldo em 31/12/2017		15.000	1.842.099	1.857.099
Ajustes de exercícios anteriores	nota 8		(30.499)	(30.499)
Déficit			(816.347)	(816.347)
Saldo em 31/12/2018		15.000	995.253	1.010.253

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Demonstração dos Fluxos de Caixa nos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em R\$ 1)

	2018	2017
CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do exercício	(63.769)	16.109
Alienação líquida	(816.347)	526.214
Ajustes de exercícios anteriores	2.619	
Itens do resultado que não afetaram o caixa	(30.499)	
Depreciação	83.371	16.680
Redução (Aumento) dos direitos realizáveis a curto prazo		
Bancos recursos com restrições	5.450	(5.743)
Aplicações recursos com restrições	66.780	205.397
Clientes	(50.874)	(20.133)
Adiantamentos	(2.663)	82.954
Outras contas a receber	(31.346)	2.239
(Aumento) dos direitos realizáveis a longo prazo		
Depósitos Judiciais	9.160	(9.160)
(Redução) Aumento nas obrigações de funcionamento		
Fornecedores	3.920	8.324
Obrigações trabalhistas	11.291	(24.264)
Impostos e contribuições	3.512	(9.291)
Convênios e contratos	(60.804)	(533.277)
Receitas a apropriar	50.873	20.133
(Redução) Aumento nas obrigações no longo prazo		
Depósitos judiciais	691.788	-
Provisão trabalhista contratos	-	(243.964)
CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(20.186)	(8.742)
Aumento de investimentos	(17.096)	
(Aquisições) do imobilizado	(3.090)	(8.742)
CAIXA DAS ATIVIDADES DE APLICAÇÕES	85.905	(45.282)
(Aumento) Redução aplicações financeiras recursos livres	85.905	(45.282)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO	1.950	(37.915)
Saldo inicial do caixa e bancos - recursos livres	4.699	42.614
Saldo final do caixa e bancos - recursos livres	6.649	4.699
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E BANCOS	1.950	(37.915)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FAEPE

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Apoio Ensino, Pesquisa e Extensão - FAEPE, como as demais fundações de apoio criadas no âmbito das Instituições de Ensino Superior, tem amparo e credenciamento nos Ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia de acordo com a lei 8.958/94, regulamentada pelo Decreto lei nº 5.205/04 e pela lei de Inovação Tecnológica de nº 10.973/04. Caracteriza-se como uma organização dentro do terceiro setor instituída pela ASPESAL – Associação de Professores da Escola Superior de Agricultura de Lavras em 16 de junho de 1976, como Fundação do Direito Privado sem fins lucrativos, com a missão de promover o apoio institucional à UFLA – Universidade Federal de Lavras relativas ao ensino, à pesquisa, à extensão e ao desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive aqueles de natureza infra estrutural, mediante assessoramento à elaboração de projetos e administração de recursos obtidos.

A FAEPE desempenha importante papel como fundação integrada à estrutura organizacional da UFLA proporcionando meios para a captação, viabilização dos programas de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento da UFLA.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 obedeceram aos princípios e práticas de contabilidade adotadas no Brasil e demais normas técnicas contábeis das entidades sem fins lucrativos.

a) Demonstração do Superávit (Déficit) – O Déficit é apurado com base no regime de competência de exercícios.

b) Convênios e contratos – os direitos e obrigações junto aos projetos são registrados quando do seu efetivo recebimento e desembolso para efeitos de demonstração nas contas patrimoniais.

c) Ativos circulante e não circulante - Os ativos são apresentados ao valor da realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

d) Imobilizado - O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas usuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, bem como a recuperabilidade dos ativos.

e) Passivo circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculados, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

f) Recursos livres e com restrições - A distinção de recursos livres e com restrições refere-se a denominações contábeis, respectivamente para projetos executados com recursos próprios e para projetos executados com recursos de terceiros.

3) CAIXAS E BANCOS – RECURSOS LIVRES

Representam as disponibilidades dos recursos financeiros e possuem características de liquidez imediata.

4) CONTAS A RECEBER

A rubrica contas a receber está representada pelos valores a receber dos contratos de prestação de serviços e da atividade de gestão dos convênios. Seus valores não são componentes de receitas, mas tão somente direitos registrados tendo como contrapartidas a rubrica de convênios e contratos, logo não existem perspectivas de não recebimento que justifiquem a manutenção de uma provável Provisão para Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa.

5) DEPOSITOS EM JUÍZO

Descrição	2018	2017
Causa trabalhista	691.788	691.788
Deposito judicial INSS	945.462	945.462
Deposito recursal	0	9.160
	1.637.250	1.646.410

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o montante de R\$ 691.788 refere-se à depósitos e bloqueios judiciais para fazer frente a ação reclamatória trabalhista de Vera Loiola em que os assessores jurídicos no exercício de 2018 posicionaram perda do processo e aguardam a sentença ou certidão para provocar a liquidação, em 2017 apesar da condenação, aguardavam os prazos para caracterização de prescrição intercorrente e a Administração, apesar de possuir o lastro, não possuía em 2017 provisionada a provável perda estimada por estes mesmos assessores.

Já o valor de R\$ 945.462, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, refere-se à ação de cobrança previdenciária de autoria do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, com respectiva contrapartida no Passivo não circulante.

Os assessores jurídicos ainda estimam que exista uma ação, com perspectiva de possível perda, no valor de R\$ 50.000 em 2018 e no valor de R\$ 40.000 em 2017.

6) IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2018 a entidade efetuou a contabilização para regularização, de dois veículos adquiridos em 2010, inclusive a sua depreciação no valor total de R\$ 51.913; a depreciação de bens de móveis e utensílios que não foram efetuadas em 2014, 2015 e 2017 no montante de R\$ 47.595; a baixa por venda de dois veículos no valor original de R\$ 39.450 e sua depreciação de R\$ R\$ 36.830. Foram adquiridos de móveis e utensílios R\$ 3.090 para manutenção da entidade. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o ativo imobilizado liquido era composto da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Terrenos	700.000	700.000
Moveis e utensílios	54.898	116.191
Veículos	0	19.529
Maquinas e equipamentos	20.515	22.593
	775.413	858.313

7) CONVÊNIOS E CONTRATOS

Refere-se ao saldo da movimentação de recursos recebidos e aplicados, representando as obrigações da Entidade com os convênios e contratos, obedece à convenção nos termos de cada projeto e pode assim ser representado:

Descrição	2018	2017
Receitas com restrição	108.292	168.356
Receitas financeiras	20.153	20.894
	128.445	189.250

8) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2018 foram realizados os seguintes ajustes de exercícios anteriores:

Descrição	R\$
Atualização do valor de investimento na CAARG	15.730
Atualização do valor de investimento na Credigrande	1.366
Depreciação de Móveis e Utensílios de 2014	(15.989)
Depreciação de Móveis e Utensílios de 2015	(15.870)
Depreciação de Móveis e Utensílios de 2017	(15.736)
	(30.499)

9) SEGUROS

No exercício de 2018 a Entidade contratou seguro junto a Travelers Seguros Brasil S/A, para fazer frente a eventuais sinistros de responsabilidade civil de seus Administradores e Diretores no limite máximo de garantia de R\$ 7.000.000.

10) PASSIVOS CONTINGENTES

No início do exercício de 2019, a entidade foi notificada sobre processo trabalhista que envolve também outra entidade reclamada no valor de R\$ 393.579, que apesar das perspectivas de possíveis perdas levantadas pelos assessores jurídicos, eles aguardam o andamento do processo para determinar o valor discutido.